

Senadores homenageiam Luís Eduardo ao votar projeto

Senadores de diferentes partidos destacaram ontem a trajetória política do ex-presidente da Câmara ao votar projeto que dá o nome do deputado Luís Eduardo ao Aeroporto Internacional de Salvador. Páginas 4 e 5

Plenário aprova o projeto, que vai agora à sanção presidencial



Senado aprecia 20 matérias na semana e 181 desde janeiro

Serviço civil obrigatório, direito à moradia, estímulo ao Proálcool e anistia a sindicatos de petroleiros estão entre as principais propostas aprovadas no período de 25 a 28 de maio

O presidente eleito do Paraguai, Raúl Cubas Grau, visitou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Cubas, que tomará posse no dia 15 de agosto, acredita que o intercâmbio entre Brasil e Paraguai será sempre crescente. Ele atribuiu esse relacionamento estreito ao processo de integração que se desenvolve em torno do Mercosul. Página 8



O Senado aprovou um total de 20 matérias nesta semana. Entre elas, estão duas emendas constitucionais: uma institui o serviço civil obrigatório e a outra inclui a moradia entre os direitos do cidadão. Os senadores aprovaram também o projeto que prevê a substituição de carros oficiais por veículos movidos a álcool. De janeiro até agora, foram apreciadas 181 matérias. Página 3

Incentivo ao primeiro emprego é aprovado

Abdias defende compensação para afro-brasileiros

Ao pregar igualdade de oportunidades e de tratamento entre negros e brancos no mercado de trabalho, o senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) defendeu ontem a adoção de políticas públicas para compensar os afro-brasileiros pelos efeitos acumulados da discriminação de que são vítimas.

Como exemplo do engajamento do setor sindical na luta contra a

exclusão do homem negro no trabalho, ele citou o artigo "União contra o Racismo", de autoria do sindicalista Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, publicado dia 13 de maio no jornal *Folha de S. Paulo*. Segundo Abdias, a posição de Vicentinho abre espaço para aqueles que combatem a discriminação e o racismo.

O senador afirmou que o "processo de alijamento e exclusão sofrido

pelos afro-brasileiros tem tido, ao longo do tempo, a função perversa de constituir um exército de reserva de mão-de-obra barata, à disposição de um empresariado ávido de lucros e totalmente divorciado de sua responsabilidade social".

Para ele, a questão fundiária, as favelas, os meninos de rua e a violência urbana, somados à exclusão do afro-brasileiro no mercado de trabalho produtivo, são as causas

dos graves problemas que afligem a sociedade brasileira.

Abdias informou que no mercado de trabalho os afro-brasileiros ganham, em média, 50% dos salários pagos aos brancos e que, de acordo com as estatísticas, é maior o percentual de afro-brasileiros no setor informal da economia, onde não existe a proteção oferecida pela legislação trabalhista.

— A cidade de Salvador — considerada uma espécie de África no Brasil — é, dentre as capitais brasileiras, aquela em que é maior a diferença de salários entre negros e brancos. Mas em toda parte são as mulheres negras as mais prejudicadas pela discriminação, acumulando os prejuízos de raça e de gênero — alertou o senador. Ele assegurou que o Brasil foi recentemente denunciado pela Organização In-

ternacional do Trabalho por estar descumprindo a Convenção 111, que trata da discriminação de emprego e profissão.

Segundo Abdias Nascimento,



Abdias é contra a discriminação
um dos legados mais terríveis da Abolição da Escravatura no Brasil — "foi confinar a população afro-brasileira aos estratos inferiores da força de trabalho, quando não excluí-la, pura e simplesmente".

Agenda

PLENÁRIO
9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO
Segunda-feira (01.06.98)
14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (02.06.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: "PLC nº 15/98, que cria a carreira de policial rodoviário federal"; "PLC nº 17/98, que cria, no âmbito das Forças Armadas, a carreira de tecnologia militar e a gratificação de desempenho de atividade de tecnologia militar"; "quarto dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 2, 3 e 10/95; 18 e 34/97; 9, 12, 13 e 14/98, que dispõem sobre imunidade parlamentar"; "Resolução final do PLC nº 10/92, que dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário"; "PLC nº 70/97, que institui o Código de Processo Civil"; "PDL nº 105/96, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Patumal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajazeiras - PB"; "PDL nº 121/96, que aprova o ato que renova a permissão do Sistema Cancellia de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itatuba - MG"; "PDL nº 2/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Fírom de Itaboraí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaboraí - MG"; "PDL nº 40/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Charua Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruguaiana - RS"

Quarta-feira (03.06.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: "PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS"; "PECs nºs 2, 3 e 10/95; 18 e 34/97; 9, 12, 13 e 14/98, que dispõem sobre imunidade parlamentar"; "Requerimento nº 268/98, de autoria do senador Djalma Falcão, solicitando a constituição de uma comissão externa do Senado para promover verificação in loco dos efeitos produzidos pela atual seca no Nordeste"; "Requerimento nº 297/98, de autoria do senador Ney Sausanna, solicitando a criação de uma comissão especial do Senado para inspecionar, in loco, a distribuição de cestas básicas e de água, bem como o cadastramento, o alistamento e a operacionalização das frentes de trabalho nos estados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Alagoas e Bahia"; "Requerimento nº 323/98, de autoria do senador Sérgio Machado, solicitando a criação de comissão senatorial temporária do Senado para acompanhar as ações emergenciais e elaborar um plano de medidas permanentes a serem adotadas junto às áreas atingidas pelas secas no Nordeste"

Quinta-feira (04.06.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: "PDL nº 44/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Itai Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaíba - RS"; "PDL nº 84/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Ribeirão Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Ribeirão Preto - SP"; "PDL nº 98/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Difusora A Voz de Bagé Ltda. para explorar

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagé - RS"; "PDL nº 108/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Comunicação de Comunicações de Rio Grande Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Grande - RS"; "PDL nº 111/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jabitocabal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jabitocabal - SP"; "PDL nº 39/97, que dispõe sobre a prática desportiva de capoeira"

Sexta-feira (05.06.98)

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira (02.06.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 117/95, que dispõe sobre o seguro de crédito às microempresas e às empresas de pequeno porte"; "PLS nº 272/97, que estabelece normas para aplicação dos recursos provenientes do recolhimento das tantas oportunistas"; "PLS nº 63/96, que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite"; "Ofício 'S' nº 40/98, solicitação do governo do estado do Piauí, para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do BID, destinados à execução do Programa Produtor/NE"; "Monsagem nº 118/97, que solicita autorização do Senado Federal para contratação de operação financeira que visa ao reassociação de créditos brasileiros junto à República Argentina"

Quarta-feira (03.06.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 52/95, que suprime o § 3º do art. 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país"; "PEC nº 25/96, que inclui o art. 74 no Ato das Disposições Transitorias, referente a plebiscito em 1998, quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acionamento ou não da reeleição de mandatários de cargos executivos"; "PEC nº 107/96, que altera a Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro"; "PL nº 46/95, que cria o Conselho Nacional do Entendimento e Desenvolvimento"; "PLS nº 63/95, que estabelece a revisão obrigatória da declaração do imposto sobre a renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública e dá outras providências"; e "PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial"

Terça-feira (02.06.98)

21h - Concerto do Coral do Senado Federal. Sala Martins Penna do Teatro Nacional Cláudio Santoro

Quarta-feira (03.06.98)

Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Mé e Liza*, de Susana Moraes. *Audifônio Petrólio Portella*
18h - Lançamento das coleções "Biblioteca Básica Brasileira" e "Brasil 500 Anos", do Conselho Editorial do Senado Federal. Café dos Senadores
18h30 - Abertura da Mostra Cultural Afro-Brasileira, do senador Abdias Nascimento. Salió Negro

ESPECIAL

Voto eletrônico deve dominar as eleições

Quase 60% dos eleitores votaram em urnas eletrônicas nas próximas eleições. A informação foi dada pelo ministro do Tribunal Superior Eleitoral Valter Costa Porto, em entrevista à TV Senado. Para o ministro, o voto informatizado é uma das armas

contra a fraude, mas "o mais importante é a educação política da sociedade".

No programa, que vai ao ar às 7h e às 18h45, Valter Costa Porto também revela sua opinião sobre a divulgação das pesquisas de intenção de voto e aborda.

Coral do Senado realiza concerto na Martins Penna

Em comemoração ao seu segundo aniversário, o Coral do Senado apresenta-se no próximo dia 2 de junho, às 21 horas, na Sala Martins Penna do Teatro Nacional. O concerto terá repertório bastante variado, do erudito ao popular, apresentando peças como *Abschied vom Walde*, de Mendelssohn; *Canción con todos*, de Tejada Gornes; *In Virtute Tua*, de Gorczycki; e *Aquarela do Brasil*, de Ari Barroso.

A entrada para o concerto do Coral do Senado é gratuita. Entretanto, o diretor-geral do Senado, Agacieli da Silva Maia, solicita ao público que

leve um quilo de alimento não perecível que será destinado aos flagelados da seca no Nordeste.

O Coral do Senado é regido pela maestrina Glécia Mendes, desde a sua criação. No concerto do dia 2 de junho, o coral contará também com a participação de outros músicos de Brasília, como o violinista Marcos Mesquita e a violoncelista Lucimare Vale. Este ano, além dos funcionários do Senado, que formam o Coral, um senador, Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo, participará na música *Cão da Terra*, de Milton Nascimento.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando

Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuzza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueias Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br



Durante a semana, Senado votou proposta oriunda da Câmara que renova frota oficial por carros a álcool

Emendas do serviço civil obrigatório e moradia como direito fundamental e projeto de estímulo ao primeiro emprego foram os destaques

Plenário aprovou 20 matérias nesta semana

Duas emendas constitucionais fazem parte do total de 20 matérias aprovadas pelo Senado nesta semana: uma delas, de iniciativa do presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, instituiu o serviço civil obrigatório, enquanto a outra, de autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), incluiu o acesso à moradia entre os direitos fundamentais garantidos aos cidadãos.

As duas emendas serão enviadas à apreciação da Câmara dos Deputados, da mesma forma que o projeto criando o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego, e o que concede isenção de pagamento de multas a entidades sindicais envolvidas nas greves dos petroleiros de 1995.

Um dos dois projetos encaminhados à sanção presidencial durante a semana é oriundo da Câmara e visa reaquecer o Pró-álcool, determinando a substituição de todos os carros oficiais por veículos movidos a combustíveis renováveis, no prazo de cinco anos. O outro dá o nome do falecido deputado Luís Eduardo Magalhães ao Aeroporto Internacional de Salvador.

181 MATÉRIAS

Com o trabalho realizado durante esta semana, chegou a 181 o total de matérias apreciadas pelo plenário desde o início das atividades legislativas deste ano, em 6 de janeiro. A cifra inclui duas emendas à Constituição: a da reforma administrativa e a que alterou a situação dos militares, já promulgadas.

O plenário iniciou, na terça-feira, a discussão do substitutivo do senador José Fogaça

(PMDB-RS) ao projeto que limita a imunidade parlamentar. A matéria deve estar pronta para votação no final da semana que vem.

A atividade foi intensa nas comissões do Senado durante a semana: a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foi uma das que mais trabalhou, aprovando, entre outros, o projeto que diminui a diferença salarial entre servidores públicos dos três Poderes.

MEMBROS DO CADE

Já a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou, após grande debate, cinco indicações do presidente da República para membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e decidiu a favor de requerimento apresentado pelo senador Jefferson Péres (PSDB-

AM) solicitando a convocação do ministro da Fazenda, do presidente do Banco Central e do secretário da Receita Federal para esclarecerem a posição do governo sobre as medidas de contenção do déficit público.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou projeto instituindo a carreira de tecnologia militar no âmbito das Forças Armadas, enquanto a de Fiscalização e Controle enviou subcomissão a Rondônia para verificar a utilização de verbas federais.

Enquanto isso, a Comissão Mista de Orçamento recebia delegação de congressistas russos, e a de Educação promovia, junto com sua congênera da Câmara, o IV Encontro do Parlamento Cultural do Mercosul.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO (de 6 de janeiro a 28 de maio de 1998)

Projetos aprovados e enviados à sanção	27
Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	91
Projetos aprovados e enviados à Câmara	18
Escolha de chefes de missões diplomáticas.....	15
Escolha de autoridades	10
Emendas constitucionais aprovadas	2
Total de matérias aprovadas	163
Propostas enviadas ao Arquivo	18
Total de matérias apreciadas	181

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO (de 25 a 28 de maio)

Propostas aprovadas e enviadas à Câmara	4
Projetos aprovados e enviados à sanção	2
Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	6
Escolha de autoridades	5
Escolha de chefes de missões diplomáticas	3
Total de matérias aprovadas	20

Termina na quarta prazo para emendas ao projeto da imunidade

A proposta que restringe a imunidade parlamentar prevista na Constituição poderá receber emendas de plenário até o final da próxima quarta-feira. Quatro emendas já haviam sido apresentadas até ontem; com isso, o assunto deverá retornar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), terá de opinar sobre elas.

O projeto em discussão é um substitutivo que Fogaça apresentou a nove propostas feitas por senadores desde 1995. Entre as mudanças, o substitutivo estabelece que o Supremo Tribunal Federal poderá processar o parlamentar caso a Câmara dos Deputados ou o Senado não se manifeste sobre o pedido de licença, encaminhado pelo STF, no prazo de 120 dias. Atualmente, um parlamentar só pode ser processado se a Câmara ou o Senado concordarem com o pedido do STF.



Fogaça é autor do substitutivo

De acordo com o substitutivo, os parlamentares continuarão invioláveis, civil e penalmente, por suas opiniões, palavras e votos. No entanto, os crimes cometidos antes da diplomação do deputado ou senador não ficarão mais protegidos pela imunidade parlamentar. O Supremo continuará sendo o único foro para julgamento de deputados e senadores.

Amorim inspeciona uso de verbas em RO

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) embarcou ontem para Rondônia, acompanhado dos técnicos que integram a subcomissão que irá fiscalizar a utilização, pelo governo do estado, das verbas federais para Rondônia. O senador levou quatro consultores do Senado Federal e um consultor do Tribunal de Contas da União.

A subcomissão foi criada pela Comissão de Fiscalização e Controle a partir de solicitação de Amorim. É presidida pelo senador Gilberto Miranda (PFL-AM) e tem como relator o senador Coutinho Jorge (PSDB-PA). Integram ainda a subcomissão outros seis senadores – entre eles Amorim, que

pediu sua criação.

– Consegui pela primeira vez neste Congresso criar uma subcomissão de fiscalização – comemorou Amorim, da tribuna. Além dos técnicos citados, também participarão das investigações quatro técnicos do Tribunal de Contas de Rondônia.

O senador afirmou que, por várias vezes, denunciou a aplicação irregular de recursos públicos federais no estado, mas nada foi feito para apurar as irregularidades.

– Estive lado a lado com o presidente da República e fiz todas essas denúncias pessoalmente, mas parece que ele não ouviu na hora e continuou a enviar dinheiro para Rondônia – disse Amorim.

Segundo o senador, o estado enfrenta hoje desde o desvio de recursos para compra da merenda escolar e para o combate à Aids até licitações irregulares de publicidade.

– Até compra de votos tem acontecido, inclusive com dinheiro público – afirmou Amorim. Para ele, há uma “quadrilha que impera em Rondônia, comandada pelo governo do estado”.



Amorim: “quadrilha no estado”

Aeroporto terá nome de Luís Eduardo

O Senado aprovou ontem, por unanimidade, o projeto de lei que dá o nome do deputado Luís Eduardo Magalhães ao Aeroporto Internacional de Salvador. De autoria do deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA), a proposta segue agora para sanção do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Durante a discussão da proposta, aprovada em regime de urgência, os senadores prestaram novas homenagens à memória de Luís Eduardo, morto no dia 21 de abril, vítima de um enfarte, em Brasília. Todos os líderes partidários, discursando em nome de suas bancadas, apoiaram o projeto de lei da Câmara. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ouviu por uma hora e meia as palavras dos senadores sobre seu filho e, ao final, falou sobre ele pela primeira vez em plenário (veja matéria na página 5).

A seguir, trechos dos discursos dos senadores, na ordem em que se manifestaram em plenário.



DJALMA BESSA (PFL-BA)

"Fui assessor de Luís Eduardo por vários anos e pude testemunhar sua vocação para a política, herdada do pai. Essa distinção da Câmara e do Senado vai lembrar e perpetuar o nome desse brilhante homem público."

à simbologia representada em um aeroporto. O nome de Rubem Braga, segundo o senador, foi dado a um jardim-de-infância, pela sua ternura, sentimento de amor. "Não lhe ficaria bem em um viaduto", observou.



— O aeroporto representa o lugar de partida breve — afirmou Távola. — Deixa a sensação de temporariedade da vida. É o símbolo da aventura do homem de superar suas limitações e não há destino mais incerto que o da política. Apesar de ser mais pesado que o ar, o avião passa a sensação de leveza e é essa a imagem que fica de Luís Eduardo.

As palavras de Távola foram comparadas pelos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Ramez Tebet (PMDB-MS) não a um encaminhamento de votação, mas a um poema.



JÚNIA MARISE (PDT-MG)

Segundo a senadora, a aproximação com Luís Eduardo permitiu que ela se encantasse com sua sensibilidade e elegância. "Nunca tive a notícia de uma manifestação desrespeitosa do deputado com quem quer que seja", disse.

Para Júnia, sua marca era o debate consistente, com respeito às idéias contrárias.

Lembrando que soube da morte de seu próprio irmão mais velho no momento em que Luís Eduardo era enterrado em Salvador, Júnia solidarizou-se com o senador Antonio Carlos Magalhães, pai do deputado. "Essa homenagem vai perenizar ainda mais a memória de Luís Eduardo, sua vida e sua obra, exemplos para as gerações futuras", ressaltou.



JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE)

Para o senador, Luís Eduardo encarnava a máxima liberal de Voltaire: "Não concordo com o que dizes, mas defenderei até a morte seu direito a dizê-lo". O senador petista recordou a festa de aniversário do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), onde o único governista presente era Luís Eduardo Magalhães.

— A homenagem substitui uma data cara ao povo baiano — disse, referindo-se ao 2 de Julho, dia da Independência da Bahia, nome atual do aeroporto de Salvador —, mas o povo baiano não lamentará a substituição. Luís Eduardo é profundo merecedor dessa homenagem. Estou feliz por saber que contribui para que o aeroporto leve o seu nome.

FRANCELINO PEREIRA (PFL-MG)

O senador recordou os momentos que se seguiram imediatamente à morte do deputado, no hospital. Naquele instante, abraçado a ele, Antonio Carlos Magalhães



teria perguntado: "Por que o meu filho, e não eu?"

— Costumava brincar com Vossa Excelência — disse, dirigindo-se ao presidente do Senado — afirmando que o filho era melhor que o pai. Mas na verdade eram idênticos. Os dois deram um exemplo inigualável de amor entre pai e filho para todo o país.



ROBERTO REQUIÃO (PMDB-PR)

Requião informou ser emotivo, com dificuldades de falar e participar de cerimônias fúnebres. Ele revelou que, no dia da morte de Luís Eduardo, estava no interior do Paraná, por ocasião da morte de sua mãe, quando sua filha lhe deu a notícia do falecimento do deputado. "Hoje vou dizer a minha filha que a dor é irremediável, que não serve de consolo para o pai, mas o Senado perpetuou uma homenagem a Luís Eduardo", afirmou.

ELCIO ALVARES (PFL-ES)

As palavras do senador foram dirigidas diretamente a Antonio Carlos Magalhães. Para ele, o presidente do Senado tem o respeito de todo o povo brasileiro pelo amor notável que dedicou ao fi-



lho, principalmente em um mundo em que há tanta violência.

— Todos os discursos foram ditos com ternura e carinho. Quero lhe dizer que a nossa solidariedade é permanente, sua dor se divide entre todos nós. Nós lhe queremos muito bem!



ROMEU TUMA (PFL-SP)

O senador, que foi o relator na CCJ do projeto em homenagem ao deputado, disse, chorando, ter encontrado dificuldades para se expressar no seu parecer. Ele recordou que seu filho, o deputado Robson Tuma (PFL-SP), era muito amigo de Luís Eduardo. "Luís Eduardo era o seu guia na Câmara", afirmou.

— Nesse vazio profundo não consigo encontrar palavras. Nesse momento, a única que sabemos é que Deus existe. O espírito de Luís Eduardo irá guiar a juventude do Brasil — concluiu. Durante o pronunciamento de Tuma, o senador Antonio Carlos Magalhães por diversas vezes enxugou as lágrimas.

ARLINDO PORTO (PTB-MG)

Falando em nome de seu partido, Porto lembrou-se de uma



EDISON LOBÃO (PFL-MA)

"Expresso minha profunda admiração por Luís Eduardo, fruto de uma convivência extraordinária." Lobão comparou a capacidade de diálogo de Petrólio Portella, que negociou a abertura democrática no Congresso, à de Luís Eduardo. "Tinha essas características e mais algumas", disse. Para ele, dar o nome do jovem deputado ao aeroporto é uma homenagem apropriada. "Todos que forem a Salvador, ao desembarcar, estarão lembrando de um homem que dedicou sua vida à Bahia e ao Brasil", concluiu.

ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ)

"O que será mais adequado para homenagear Luís Eduardo?" Com essa pergunta, Távola comparou a vida do deputado



na sua vocação. Luís Eduardo está no céu, torcendo pela felicidade do Brasil. Por meio de um ideal, todos os homens sobrevivem!



TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB-AL)

O senador, presidente nacional do PSDB, revelou o apoio de todo o partido ao projeto de lei com a homenagem a Luís Eduardo. Segundo Teotônio, o deputado foi seu valoroso parceiro nas reformas pelas quais o Brasil está passando.

— Ele sempre agia com coragem e determinação, sem perder a capacidade de entender a pluralidade das idéias. Como amigo, pude enriquecer-me na

convivência com Luís Eduardo.



CARLOS PATROCÍNIO (PFL-TO)

Para o senador, o projeto de lei é mais que justo. "Poucos acontecimentos fúnebres marcaram tanto o país como a morte de Luís Eduardo Magalhães", resumiu. Toda a população brasileira, segundo Patrocínio, passou a tratar melhor da saúde depois da morte do deputado.

— Luís Eduardo deixou a marca indelével de quem representava um grande futuro para o país. Tenho a certeza que outros logradouros públicos ganharão seu nome, mas dar o seu nome ao aeroporto é uma maneira justa de imortalizá-lo — afirmou.



Antonio Carlos emocionou-se ao agradecer às homenagens

ACM lembra ligação de Luís Eduardo com o Congresso

Ao agradecer às homenagens que o Congresso vem prestando a seu filho — deputado Luís Eduardo Magalhães, recém-falecido —, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que elas são merecidas. "Ele era credor desse apreço do Congresso, porque a defesa da instituição sempre representou sua maior preocupação. Mesmo reconhecendo eventuais falhas, a luta pela preservação da imagem e dos interesses do Parlamento sempre esteve presente em sua carreira de deputado", destacou.

Antonio Carlos frisou que seu filho se caracterizava pela força de suas convicções políticas, tantas vezes vitoriosas no plenário da Câmara. "Mas, vencendo ou perdendo, Luís Eduardo sempre enfatizava a importância da existência de um Congresso livre e soberano, onde era indispensável a presença dos partidos de oposição, para que houvesse debate e pleno exercício

de opiniões dos vários matizes políticos."

O grande número de senadores que se manifestaram favoravelmente ao projeto de lei dando ao aeroporto de Salvador o nome de Luís Eduardo emocionou ACM, que presidia a sessão. "Todos podem avaliar minha emoção, por isso serei breve. Não faltarão oportunidades para agradecer mais convenientemente tantas manifestações de apreço e consideração, se Deus ainda me der mais vida", afirmou, com lágrimas nos olhos.

Para Antonio Carlos, na perda de seu filho, uma mágoa se sobrepõe a todas e assalta seu pensamento: "Por que nada pude fazer para salvar sua vida, em apenas quatro horas de hospital?", perguntou, lembrando-se de que, quando esteve quase à morte por ocasião de um enfarte, Luís Eduardo muito ajudou em sua recuperação, permanecendo sempre a seu lado, durante 40 dias de vigília.

Projeto de primeiro emprego vai à Câmara

O plenário do Senado aprovou ontem, em turno único, a redação final do projeto de lei que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego (Pepe), de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR). O projeto agora vai à Câmara dos Deputados para ser apreciado em dois turnos.

O Pepe tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento das oportunidades de trabalho aos jovens na faixa de 14 a 18 anos de idade e que estejam frequentando escola. O empregador que se dispuser a admitir empregado nessa faixa etária poderá abater no recolhimento tributário o valor das parcelas devidas nas contribuições ao INSS e ao FGTS, relativas ao empregado.

Também foi aprovado, e vai à promulgação, o projeto de resolução que autoriza o estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de refinanciamento de dívida. A operação se dará no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 56,4 milhões.



Osmar Dias é autor da proposta

O Senado aprovou ainda texto de acordo sobre a construção e utilização de um prédio para ampliação das instalações da embaixada do Brasil em Luanda, capital de Angola. Além dos escritórios, o prédio servirá como moradia para diplomatas e técnicos administrativos brasileiros.

Também foi aprovado o texto da convenção internacional sobre preparo, resposta e cooperação em caso de poluição por óleo, concluída em Londres em 1990. Aprovou-se ainda o texto modificativo ao convênio constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento.

Aprovado refinanciamento da dívida de Minas Gerais

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução autorizando o governo de Minas Gerais a refinar a dívida mobiliária e contratual do estado, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal. A União vai arcar com uma dívida de R\$ 11,8 bilhões, sendo deduzido desse valor R\$ 1,5 bilhão, relativo aos subsídios concedidos ao estado. Os R\$ 10,2 bilhões restantes são relativos à dívida mobiliária (R\$ 9,7 bilhões) e à dívida do estado junto a bancos oficiais e privados (R\$ 500 milhões).

O relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Wilson Kleintübing (PFL-SC), lembrou, em seu parecer favorável à aprovação do projeto, que o estado de Minas Gerais conseguira alguma

redução em seus gastos com pessoal no biênio 95/96 e disse esperar que, com o refinanciamento, o estado possa atingir rapidamente os parâmetros ideais de gasto público. O refinanciamento, segundo o senador, contribuirá para o saneamento das finanças públicas do estado e do setor público em geral.

O plenário aprovou também projeto de resolução autorizando a contratação de operação de crédito e de compra e venda de ações entre a União, o estado de Minas Gerais, o Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge), o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais S/A (Minascaixa), no valor total de R\$ 4,3 bilhões.

Atribuição é exclusiva do Senado

Qualquer rolagem de dívida, aumento de endividamento ou tomada de empréstimo por parte da União, dos estados ou dos municípios tem de receber aprovação dos senadores. A Constituição de 1988 estabeleceu, em seu artigo 52, que compete privativamente ao Senado a atribuição de qualquer ato sobre dívida interna ou externa estatal. Os deputados não se pronun-

ciam sobre o assunto.

De acordo com o jurista Pontes de Miranda, a atribuição é exclusividade do Senado devido à igualdade do número de senadores (três por estado) e por serem eles "a voz dos estados-membros" da Federação. Ao Senado compete, inclusive, apreciar os limites globais e as condições das dívidas das autarquias federais, estaduais e municipais.

LEOMAR QUINTANILHA (PPB-TO)

Para o senador, é difícil imaginar a "infelicidade atroz" do pai que sobrevive ao filho. Quintanilha disse ter sofrido uma dor brutal quando seu pai morreu, mas o sentimento de perder a pessoa que viu crescer, sorrir pela primeira vez, deve ser muito mais forte.

— É a quebra da sequência natural e lógica da natureza. Mas Luís Eduardo sobreviveu nas manifestações de solidariedade que podem ser vistas por todo o Brasil.



RAMEZ TEBET (PMDB-MS)

Tebet manifestou que não tem o temperamento para falar nesses momentos. O senador, junto com outros cinco parlamentares, estava no Líbano na ocasião da morte de Luís Eduardo e disse só ter acreditado depois de conversar com amigos no Brasil.

— Todos tinham certeza que o filho seguiria os passos do pai. O destino reservou a Antonio Carlos outro caminho que, agora, deve fortalecer-se ainda mais

Comissão acolheu o parecer do senador Romeu Tuma favorável ao projeto de lei de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, já aprovado pela Câmara. A votação em plenário está prevista para terça-feira

CCJ aprova mudança na remuneração do Judiciário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável ao projeto de lei da Câmara que altera o percentual da diferença entre a remuneração dos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dos juizes da Justiça Federal de primeiro e segundo graus em relação à dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com o senador Elcio Alves (PFL-ES), líder do governo na Casa, a matéria deverá ir a plenário na próxima terça-feira.

O projeto, de iniciativa do STJ, determina que a remuneração dos ministros daquela Corte passará a ser 95% do subsídio mensal fixado para os ministros do STF. A partir daí, prossegue o escalonamento previsto na Constituição, segundo o qual os vencimentos dos magistrados serão fixados com diferença não superior a 10% de uma para outra categoria da carreira, não podendo exceder os dos ministros do STF.

Na presidência da CCJ, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) explicou que a matéria foi votada em reunião extraordinária por ser necessária sua apreciação antes da



Matéria foi apreciada em reunião extraordinária, presidida por Ramez Tebet

promulgação da reforma administrativa. A proposta também mantém os valores atuais pagos como gratificação por audiência aos juizes classistas da Justiça do Trabalho. Prevê, ainda, que os membros do Poder Judiciário receberão um abono, retroativo a 1º de janeiro deste ano, correspondente à diferença entre a remuneração mensal atual de cada magistrado e o novo salário previsto no projeto.

EMENDA

Mesmo sendo aprovado por unanimidade, o projeto recebeu críticas na CCJ. Os senadores Jefferson Pères (PSDB-AM), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Arlindo Porto (PTB-MG) pediram para registrar em ata que, mesmo favoráveis ao parecer do relator, tinham restrições ao artigo 6º, que concedia abono retroativo a janeiro aos membros do Poder Judiciário.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou uma emenda, rejeitada pela CCJ, pedindo a supressão do artigo 5º, que vincula

o reajuste da gratificação por audiência ao aumento dos servidores públicos federais. Ele também reclamou que só foi convocado para a reunião 20 minutos antes do seu início, e que não teve tempo suficiente para ler o projeto que estava votando.

— Não é possível que se faça uma sessão extraordinária sem que os senadores sejam devidamente informados. Eu cheguei ao meu gabinete 20 minutos atrás e só então fui informado. Não tive tempo hábil para ler a mensagem do Poder Judiciário. Esta não é uma sessão extraordinária, passou a ser uma sessão secreta, feita sem o conhecimento dos demais senadores — protestou.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que pediu destaque para a votação da emenda supressiva de Requião, alertou a CCJ para o que ele classificou de "preconceito" contra os juizes classistas. "O projeto também expressa uma verdadeira zombaria com o servidor público, que não recebe aumento há quase quatro anos, e aqui está posto que a gratificação por audiência está condicionada aos mesmos reajustes concedidos aos servidores públicos federais", comentou.

Lobão elogia programa de qualidade na Justiça Federal

A Justiça Federal do Maranhão está implantando programa de qualidade e produtividade que poderá servir de referência à modernização do Judiciário em outros estados, segundo o senador Edison Lobão (PFL-MA). Ele congratulou-se, em discurso no plenário, com o juiz federal Flávio Dino de Castro e Costa, responsável pela implantação do programa.

Dentre os resultados alcançados com o programa, de acordo com Lobão, estão a melhoria no ambiente de trabalho e a implantação de terminais de consulta para advogados e pesquisadores na área da Justiça, graças a convênios firmados com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Maranhense dos Advogados Cíveis

e Criminais.

O senador disse ainda que, com o programa, foram criadas novas formas de aproximação do Judiciário com a sociedade e constante acompanhamento do desempenho da central de mandados judiciais. Foram eliminados procedimentos desnecessários, como as juntas médicas que eram exigidas para licenças por motivo de doença em pessoas da família do servidor da Justiça, e criados convênios para que sejam adotadas penas de prestação de serviços à comunidade.

— É motivo de orgulho para os maranhenses que a Justiça Federal, sediada no estado, esteja servindo de modelo para o melhor procedimento judiciário em todo o país. Qualidade no Judiciário significa dizer, em outras pala-



Lobão destaca melhorias

avras, maior cidadania, maior viabilidade econômica para diversos setores sociais, bem como melhor qualidade de vida para os cidadãos — disse o senador.

O Poder Judiciário, observou, convive com problemas que precisam ser superados, decorrentes da excessiva produção de leis e determinados procedimentos judiciais. Daí a importância do programa de modernização do Judiciário, "um dos pilares fundamentais para a construção e manutenção do estado democrático de direito", afirmou.

Saúde da mulher exige mais atenção, alerta Benedita

Com dados alarmantes sobre a mortalidade materna, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) cobrou, ontem, Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher e Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna, uma maior atenção do sistema de saúde brasileiro ao problema.

Citando dados do Ministério da Saúde, Benedita informou que a taxa de mortalidade materna no Brasil corresponde a 134 mortes para cada 100 mil nascidos vivos, representando uma morte a cada duas horas. Morte materna é definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como a morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após seu término. A OMS considera aceitável um índice de até 20 óbitos de mães para cada 100 mil nascidos vivos. Nos Estados Unidos, essa taxa é de oito a cada 100 mil; no Canadá, de cinco por 100 mil. A complicar a situação, segundo a senadora, está a grande subnotificação e sub-registro das mortes. Isto faz com que

as taxas oficiais sejam de duas a quatro vezes menores que as reais.

Conforme Benedita, a OMS considera que as principais causas de mortes maternas são a falta de assistência médica, a falta de informação sobre métodos contraceptivos, a realização de abortos clandestinos em péssimas condições e a desnutrição, a fome, o excesso de trabalho e o péssimo estado de saúde geral.

Outros dados sobre a saúde da mulher apresentados pela senadora mostram que o câncer de colo do útero mata entre cinco mil e dez mil mulheres por ano no Brasil. É o segundo tipo mais comum de câncer ginecológico, superado em incidência apenas pelo câncer de mama, que matou 6,7 mil mulheres no Brasil no ano passado.

A senadora relatou ainda que esteve com o ministro da Saúde, José Serra, a quem pediu apoio para as iniciativas do ministério referentes à melhoria da saúde da mulher.



Benedita da Silva

Saad condena proposta de ampliar Região Integrada

O senador José Saad (PMDB-GO) defendeu ontem a rejeição das propostas de emenda apresentadas pelos senadores Francelino Pereira (PFL-MG) e Júnia Marise (PDT-MG) de inclusão de mais 20 municípios mineiros na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), criada por lei sancionada pelo presidente da República no dia 19 de abril.

Segundo ele, a lei ainda não foi regulamentada e não foram decididas as fontes de recursos e a montagem da estrutura que comandará as ações dos 21 municípios que originalmente compõem o Entorno de Brasília, e a inclusão de mais municípios apenas inviabilizará a Ride.

Em aparte, Júnia Marise justificou sua emenda dizendo que hou-

ve discriminação com Minas Gerais quando foram estabelecidos os municípios que fariam parte da

Ride e que os 14 apontados por ela estão geograficamente incluídos na área do Entorno e têm uma relação histórica de dependência econômica com o Distrito Federal. Em outro aparte, Francelino Pereira disse que o projeto original da Ride foi "descartado e apresentado de forma desordenada", em favor de Goiás e em desfavor de Minas Gerais.

José Saad afirmou não ser contra a criação de outras regiões geoeconômicas, mas que não pode aceitar que "tais municípios peguem carona na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, acabando por inviabilizarem o razão da diluição de recursos".



Saad: inviabilização

Senadora Emília Fernandes sugere que Parlamento Cultural receba doações dos parlamentares dos países-membros, mas ressalta que, ainda assim, faltarão recursos

Mercosul busca verbas para cultura

Um debate sobre as fontes de recursos para viabilizar a promoção de eventos culturais entre os países-membros do Mercosul marcou ontem o encerramento do IV Encontro de Legisladores do Parlamento Cultural do Mercosul (Parcum), no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados. Estiveram presentes ao encontro o presidente da Comissão de Educação, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), e as senadoras Emília Fernandes (PDT-RS) e Benedita da Silva (PT-RJ).

Durante a reunião, foram apresentadas as redações finais do Regulamento Interno da entidade e do acordo firmado entre o Parcum e o Parlamento Latino-Americano (Parlatino) para cooperação mútua. Emília Fernandes, ao falar como



Encontro aprovou regulamento interno e acordo com o Parlatino

membro da Comissão de Educação do Parlatino, lembrou que as dificuldades de ordem financeira devem ser superadas com o esforço dos membros do Parcum, para que os objetivos da entidade sejam alcançados. Ela disse que a mesma dis-

culsa existe no âmbito do Parlatino e informou que essa entidade conta com a contribuição mensal dos parlamentares brasileiros que dela fazem parte, no valor individual de R\$ 40 e outra, anual, do Congresso Nacional, de R\$ 40 mil.

Emília disse que o modelo do Parlatino poderia ser adotado no Parcum, mas observou que os recursos não seriam suficientes para custear, por exemplo, produção de filmes, apresentação de grupos folclóricos e outros programas culturais, que necessitam de um maior volume de dinheiro para sua realização. "A cultura necessita de muitos recursos, mas, nos orçamentos, as dotações são sempre mínimas aqui no Brasil", criticou.

Uma das soluções para a constituição de um fundo do Parcum seria o estabelecimento de contribuições ou aplicações do setor privado na cultura sul-americana, disse a senadora, lembrando que diversos projetos individuais de empresas têm sido executados, promovendo o intercâmbio cultural.

Senado lança duas coleções de livros na quarta-feira

O Conselho Editorial do Senado, presidido pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), lança na próxima quarta-feira, no Café dos Senadores, as coleções *Biblioteca Básica Brasileira* e *Brasil 500 Anos*.

Os livros serão distribuídos e comercializados em todo o país pela Editora da Universidade de Brasília e poderão ser adquiridos também pelos Correios ou no posto de vendas instalado no Senado Federal. O Conselho Editorial também estuda outras formas de aumentar o acesso do público às coleções lançadas pelo Senado, como a inclusão na Internet.

Da coleção *Biblioteca Básica Brasileira*, serão lançados inicialmente *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco, e *Querrela do Estatismo*, de Antonio Paim. A coleção reúne obras fundamentais para o conhecimento da formação nacional brasileira.

A série *Brasil 500 Anos* prevê a publicação de obras de referência para o estudo da História do Brasil. Na quarta-feira, será colocado à disposição do público o livro *De Profecia e Inquirição*, do Padre Antonio Vieira.

O programa de publicações do Senado para 1998 inclui ainda as coleções *Memória Brasileira*, constituída de textos relevantes da história política do Brasil, mas de difícil acesso; *O Brasil Visto por Estrangeiros*; e *Clássicos da Política*, com obras básicas do pensamento político.

Júnia cobra diálogo do governo com professores

"Que o professor Fernando Henrique Cardoso possa fazer uma reflexão e dar aos professores a dignidade que eles desejam", disse ontem a senadora Júnia Marise (PDT-MG), ao sustentar que a crise da universidade brasileira é mais ampla e profunda que a simples reivindicação de aumento salarial, como acha o governo.

Ela afirmou que o "economicismo" dos argumentos governamentais em relação às universidades públicas revela uma posição inflexível e burocrática e susten-

tu que uma economia moderna depende de idéias e gente capaz de transformá-las em riqueza, o que em sua visão não ocorre com o Brasil.

— É improvável que o Brasil venha a ter condições de competitividade no que toca ao conhecimento, a depender dos esforços atuais. Em 1995, segundo a Unesco, menos de 12% da população brasileira em idade universitária estava frequentando o terceiro grau, argumentou a senadora.

Na opinião de Júnia Marise, o conhecimento que o MEC tem da cri-

se universitária não corresponde a ações para modificá-la. Ela informou que a situação salarial dos professores nunca esteve tão ruim e que a tabela salarial é a mesma desde janeiro de 1995. Disse também que, enquanto alega não ter como atender à reivindicação de 48,65% de aumento feita pelos professores, o governo en-



Júnia: "economicismo"

controu maneira de conceder melhorias salariais para carreiras consideradas típicas de Estado.

"Por que o magistério não é também uma carreira típica de Estado?", indagou a senadora, questionando as perspectivas existentes para os jovens que hoje pensam em ingressar no magistério superior.

PROGRAMAÇÃO

- TV SENADO**
- 7h - Entrevista com Valter Costa Porto - ministro do Tribunal Superior Eleitoral, sobre a informatização e as pesquisas eleitorais
 - 7h30 - Jornal da Amazônia
 - 8h - "Sete Dias na Política" - entrevista com o deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG) e o senador Artur da Távola (PSDB-RJ)
 - 9h - Sessão plenária (vivo)
 - 12h15 - Entrevista com Valter Costa Porto - ministro do Tribunal Superior Eleitoral, sobre a informatização e as pesquisas eleitorais
 - 13h15 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG) e o senador Artur da Távola (PSDB-RJ)
 - 14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
 - 18h45 - Entrevista com Valter Costa Porto - ministro do Tribunal Superior Eleitoral, sobre a informatização e as pesquisas eleitorais
 - 19h30 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG) e o senador Artur da Távola (PSDB-RJ)
 - 20h30 - "Congresso Hoje"
 - 20h40 - "Senado em Pauta"

- 21h - "Fala, Cidadão"
 - 22h - "Jornal do Senado"
 - 0h - "Fala, Cidadão"
- Obs.:** Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais
- Programação sujeita a alterações
- RÁDIO SENADO**
- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
 - 8h45 - "Plenário em Revista"
 - 9h - Sessão plenária
 - 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
 - 15h - Retransmissão da sessão plenária
 - 19h - "A Voz do Brasil"
 - 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
 - 22h40 - Música e informação até as 7h30
- SÁBADO**
- 10h30 - "Autores e Livros" - o entrevistado desta semana é o cronista Danilo Gomes
 - 11h - "A Música Erudita e seus Mestres" - o mestre desta semana é Heitor Alimonda. Em seu disco "O Sonho na Música para Piano", Alimonda interpreta músicas que têm no sonho sua inspiração. "O Devaneio", de Robert Schumann, "No Sonho", de Franz Liszt e "Reverie", de Claude Debussy estão entre elas

- 16h - "A Música do Brasil" - senador Artur da Távola apresenta Helena de Lima e seu disco "Shows que o Disco não Deixa Morrer - Shows de boate". A artista interpreta sucessos como "Na Cadência do Samba", "Mora na Filosofia" e "Diz que Ful por aí", entre outros.
 - 19h - Resenha da semana (plenário)
 - 20h - "Especial do Mês" - entrevista o sambista e compositor Paulinho da Viola
 - 21h - Resenha da Semana (Comissões/Presidência)
 - 22h - "Século XX" - No último programa da série, o "Século XX" focaliza o governo Sarney e os sucessivos planos econômicos: Cruzado, Cruzado 2, Plano Bresser e o Plano Verão do ministro Mailson da Nóbrega - que depois adota a política do "feijão-com-arroz". O governo declara moratória da dívida externa e chega à hiperinflação. O país ganha uma nova Constituição em 1988. No futebol, o país perde mais uma copa em 1986. Na música, surgem gratas revelações como Ed Motta e Marisa Monte. E Chico, Caetano e Gil continuam sua trajetória de sucesso. Algumas mortes, como a de Gonzaguinha e Cazuza entristercem o Brasil.
- DOMINGO**
- 11h - "A Música Erudita e seus Mestres" (reprise)
 - 17h - "Século XX" (reprise)
 - 19h - Resenha da semana (plenário)
 - 19h30 - "Autores e Livros" (reprise)
 - 21h - Resenha da semana (plenário)
 - 22h - "A Música do Brasil" (reprise)

Raúl Cubas Grau veio ao Brasil para vários contatos com autoridades do governo e do Congresso. Eleito neste mês, futuro governante paraguaio disse que tendência é de incremento nas relações entre os dois países

Presidente eleito do Paraguai visita ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a visita do presidente eleito do Paraguai, Raúl Cubas Grau, que veio ao Brasil para contatos com autoridades do Executivo e do Legislativo, visando ao estreitamento de relações entre as duas nações. Cubas Grau foi eleito no último dia 10 e deverá tomar posse no próximo dia 15 de agosto.

No encontro com Antonio Carlos, o futuro presidente paraguaio relembrou as relações pessoais que mantém com diversas autoridades brasileiras e afirmou que o intercâmbio entre Brasil e Paraguai será sempre crescente, graças também ao processo de integração que se desenvolve em torno do Mercosul. O embaixador brasileiro no Para-

guai, Bernardo Pericás, acompanhou a visita.

Cubas Grau destacou que as atuais reuniões com autoridades brasileiras não têm assuntos específicos definidos, mas são contatos que buscam ampliar o diálogo e aprofundar "o relacionamento entre as pessoas".

Ele confirmou aos jornalistas, na saída do encontro com o presidente do Congresso Nacional,



Raúl Cubas com Antonio Carlos: visitas para ampliar o diálogo e aprofundar relações

a sua intenção de "fazer justiça ao general da reserva Lino Oviedo" (que está preso e foi impedido de concorrer à Presi-

dência). "Como qualquer cidadão, merece um processo justo", afirmou o presidente eleito do Paraguai.

Século XX faz balanço do governo José Sarney

Uma coletânea de várias entrevistas com o então presidente e hoje senador José Sarney é uma das atrações do programa *Século XX*, que vai ao ar amanhã, às 22h, e no domingo, às 17h, pela Rádio Senado.

O então ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e o relator da Constituinte de 1988, senador Bernardo Cabral, também foram entrevistados pelo programa, que analisa os cinco anos e quatro planos econômicos do governo Sarney.

No campo cultural, o *Século XX* destaca o surgimento de dois dos melhores cantores brasileiros da nova geração: Marisa Monte e Ed Motta. E relembra com palavras e músicas a obra dos cantores Aracy de Almeida, Linda Batista, Gonzaguinha, Nara Leão e Cazuza, todos falecidos no período.

Outro programa produzido pela Rádio Senado é *A Música do Brasil*, que apresenta neste fim de semana a vida e a obra da cantora Helena de Lima. Entre as músicas escolhidas pelo apresentador do programa, o senador Arthur da Távola, estão *Na Cadença do Samba*, de Ataulfo Alves, *Diz Que Fui Por Ai*, de Zé Kéti, e *Sinfonia de Carnaval*, composta pela própria Helena de Lima, em parceria com Conessa Lacerda. *A Música do Brasil* é transmitida no sábado às 16h e no domingo às 22h.

Já o programa *A Música Erudita e Seus Mestres* apresenta *O Sonho na Música Para Piano*, com o pianista Heitor Alimonda. *O Devaneio*, de Robert Schumann, e *Sonhos de Amor* nºs 2 e 3, de Franz Liszt, estão entre as obras interpretadas por Alimonda no programa que vai ao ar amanhã e domingo, às 11h.

E o programa *Autores e Livros* traz uma entrevista com o cronista Danilo Gomes, autor de *Águas do Catete*. O programa, apresentado pela escritora Margarida Patriota, será transmitido no sábado às 10h30 e no domingo às 19h30.

Francelino elogia medidas anunciadas contra a seca

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) elogiou ontem, no plenário, as medidas anunciadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para combater a seca no Nordeste e no norte de Minas Gerais, durante entrevista coletiva no Palácio da Alvorada, concedida na última quarta-feira. Segundo o senador, o governo finalmente adotou medidas mais adequadas para a região e não persistiu apenas nas antigas frentes de trabalho.

- Fomos atendidos em nosso

pleito pelo presidente e, por isso, louvo a entrevista no Alvorada - comentou.

Francelino Pereira, que visitou duas vezes a região afetada pela estiagem, observou que a fome é o principal problema da população. Por esse motivo, disse que sempre defendeu medidas urgentes, como a doação de cestas básicas, que estão sendo distribuídas por decisão do governo.

Outra medida necessária, acrescentou, era a liberação de recursos orçamentários imediatos para a re-

gião, bem como a criação de comissões municipais para acompanhar o fornecimento das cestas básicas.

"Na entrevista no Alvorada, o presidente prometeu a liberação de recursos, com abertura de crédito de R\$ 450 milhões do Banco do Nordeste para pequenos produtores rurais, além da distribuição de cestas básicas que irão ajudar até um milhão de pessoas, bem como a formação de uma comissão para acompanhar a aplicação dessas medidas", observou Francelino Pereira.



Francelino: medidas corretas

O anúncio do presidente sobre a implantação de programas de alfabetização e qualificação de mão-de-obra também foi elogiado pelo senador. Essas medidas vão proporcionar trabalho e melhorias salariais para a população da região, disse.

Freire diz que elites enriquecem com a fome na região

"O Nordeste não aceita mais políticas compensatórias", afirmou ontem o senador Roberto Freire (PPS-PE), ao sustentar que aquela região reúne todas as condições para desenvolver-se, visto que tem mercado, inteligência, criatividade e coragem para investir e trabalhar. Em sua opinião, "está na hora de parar de culpar a natureza pelo drama da seca".

Conforme o senador, desde o Império, a seca nordestina tornou-se um grande negócio, visto que garante o enriquecimento parasitário de elites da região, fortalecendo seu poder político, pois são elas que li-



Freire: "políticos mesquinhos"

deram os rotineiros programas de distribuição de alimentos e de frentes de trabalho.

Mencionando os programas hídricos que acabaram por beneficiar os grandes proprietários de terra,

quase todos políticos de prestígio, Freire disse que as políticas públicas definidas na Constituição têm sido ignoradas por sucessivos governantes, inclusive por Fernando Henrique Cardoso.

- Para os homens do poder, parece que desenvolvimento constitui privilégio do Centro-Sul, cabendo aos nordestinos o papel coadjuvante de pária da nação - afirmou o senador.

Ele lembrou que, em outubro do ano passado, técnicos do Inpe já chamavam a atenção do governo para a proximidade da seca, mas "o governo preferiu cuidar de coisas menores, como a reeleição, e, como não poderia ser diferente, sempre

apoiado pelos beneficiários da aridez, muitos deles também áridos, mesquinhos e sórdidos".

Conforme Freire, enfrentar a seca não pode ser obra de demagogia e nem terá solução a curto prazo. Ele entende que para implantar projetos definitivos de reestruturação de recursos hídricos na região serão necessários vários anos de investimentos contínuos e bom gerenciamento.

Em sua opinião, um significativo projeto para se atingir essa meta seria a transposição de águas de grandes rios, entre eles o São Francisco. Dessa forma, seriam perenizados mais de 2.100 quilômetros de rios de leito seco.